

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.201 - RJ (2018/0162792-1)

AGRAVANTE : ANGELA MARIA MENDES ABREU
ADVOGADOS : ANA LUÍSA DE SOUZA CORREIA DE MELO
PALMISCIANO - RJ115185
BRUNO MORENO CARNEIRO FREITAS - RJ150937
AGRAVADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANGELA MARIA MENDES ABREU contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, Ângel Maria Mendes Abreu ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em janeiro de 2006, objetivando o pagamento das diferenças devidas aos ocupantes do Cargo de Direção de Dirigente de Hospital de Ensino de Instituição Federal de Ensino.

Após sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO deu provimento à apelação da UFRJ e à remessa necessária, ficando consignado que

Embora os outros Diretores de Hospitais Universitários da Apelante recebam o cargo comissionado - CD para exercer a função, tratou-se de escolha do Reitor da UFRJ não alterar a Função Gratificada - FG2 - para quem exercesse a direção no HESFA/UFRJ, não competindo ao Poder Judiciário aumentar os vencimentos da Autora sob o fundamento de isonomia, ante o óbice da Súmula nº 339 do STF (atual Súmula Vinculante nº 37).

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UFRJ. NÃO APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO BIENAL. VERBA ALIMENTÍCIA REGIDA PELO DIREITO PÚBLICO. ISONOMIA QUANTO AO RECEBIMENTO DE FUNÇÃO DESEMPENHADA. PREVISÃO EM ATO NORMATIVO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO EXERCER FUNÇÃO LEGISLATIVA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO PROVIDAS.

1. Sustenta a Autora que por ter exercido a função de Diretora do Hospital Escola São Francisco de Assis da Escola de Enfermagem, faz jus ao recebimento da mesma quantia pecuniária recebida pelos ocupantes da função de diretoria dos demais hospitais universitários da Apelante, na mesma época.

3. Há legitimidade passiva ad causam da UFRJ, por se tratar de entidade pagadora da Autora e dotada de personalidade jurídica.

4. Não se aplica ao caso a prescrição bienal do Código Civil, pois o

art. 206, § 2º do CC/02 dispõe sobre as verbas alimentares de natureza civil e privada, não se adequando à verba alimentar regradada pelo Direito Público. Precedentes.

5. Embora os outros Diretores de Hospitais Universitários da Apelante recebam o cargo comissionado - CD para exercer a função, tratou-se de escolha do Reitor da UFRJ não alterar a Função Gratificada - FG2 para quem exercesse a direção no HESFA/UFRJ. Sendo assim, e em concordância com a Súmula 339 do STF, não compete ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

6. Remessa Necessária e Apelação providas.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, ANGELA MARIA MENDES ABREU interpôs recurso especial, apontando violação do art. 1.022 do CPC/15; arts. 186, 389 e 402, todos do Código Civil; art. 3º da lei nº 7.596/87; art. 1º da Lei nº 8.168/91; arts. 6º, 7º e 8º, todos da Lei nº 9.640/98; e arts. 1º e 2º da Lei nº 10.470/02.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015 por suposta omissão pelo Tribunal de origem, verifica-se não assistir razão ao recorrente.

Na hipótese dos autos, da análise do referido questionamento em confronto com o acórdão hostilizado, não se cogita da ocorrência de omissão,

contradição, obscuridade ou mesmo erro material, mas mera tentativa de reiterar fundamento jurídico já exposto pelo recorrente e devidamente afastado pelo julgador, que enfrentou todas as questões pertinentes sobre os pedidos formulados.

Cumpra relembrar que o órgão julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa de suas teses. Deve, no entanto, enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Nesse sentido: REsp 1486330/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/2/2015; AgRg no AREsp 694.344/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/6/2015; EDcl no AgRg nos EAREsp 436.467/SP, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, CORTE ESPECIAL, DJe 27/5/2015.

Nesse panorama, a oposição de embargos de declaração, com fundamento na omissão acima, demonstra, tão somente, o objetivo de rediscutir a matéria sob a ótica do recorrente, sem que tal desiderato objetive o suprimento de quaisquer das baldas descritas no dispositivo legal mencionado, mas sim, unicamente, a renovação da análise da controvérsia.

No mesmo diapasão, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ICMS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. TRANSPORTE DE MERCADORIAS CUJA DESTINAÇÃO FINAL É A EXPORTAÇÃO. ART. 3º, II, DA LC N. 87/1996. DIREITO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte, a Primeira Seção, no julgamento do EREsp 710.260/RO, asseverou que a isenção prevista no art. 3º, II, da LC n. 87/1996 alcançaria além das operações que destinam mercadorias diretamente ao exterior, como também àquelas outras que integram todo o processo de exportação, como o transporte interestadual.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1323892/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. REQUISITOS PARA RECONHECER A OMISSÃO. QUESTÃO NÃO RELEVANTE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 485, V, DO CPC/73. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. ARTIGO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº

284/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Para configurar omissão, é necessária a presença cumulativa dos seguintes requisitos: a) o Tribunal de origem não tenha se pronunciado sobre o tema; b) tenham sido opostos embargos de declaração; c) tenha sido a questão levantada nas razões ou contrarrazões do agravo de instrumento ou da apelação; e d) seja relevante para o deslinde da controvérsia.

2. Ausente relevância, à luz do caso concreto, da matéria tida por não apreciada, afasta-se a alegada omissão.

3. A suposta violação ao art. 485, V, do CPC/73, por violação a literal dispositivo de lei, exige seja declinado no recurso especial especificamente qual o artigo de lei que supostamente daria azo à rescisória, sob pena de deficiência na fundamentação, a ensejar a incidência da Súmula nº 284/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.498.690/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/3/2017, DJe 20/3/2017).

No mais, o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que os fundamentos apresentados naquele julgado, acerca da alteração do nome e do código da função gratificada, que, além de não ter modificado sua essência, fora realizada no âmbito do poder discricionário da Administração, não sendo a análise da legalidade de tal ato o objeto da demanda, bem como acerca da impossibilidade do Poder Judiciário aumentar os vencimentos da Autora, ante o óbice da Súmula nº 339/STF, utilizados de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foram rebatidos no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator